

35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT08 Educação e Sociedade

A Construção de “Expectativas de Futuro” e Trajetórias Escolares

Máximo Augusto Campos Masson (UFRJ)

Suzana Barros Correa Saraiva (UFRJ)

Leonardo Fortes Gomes (UFRJ)

Resumo

O trabalho estuda percepções de concluintes do ensino médio sobre suas trajetórias escolares e as relações destas com suas expectativas profissionais e/ou acadêmicas. O universo da pesquisa abrange estudantes de escolas (de formação geral) das redes públicas estaduais do país. Embora análises sobre a educação pública no Brasil tendam a homogeneizar suas características, minimizando o impacto de ações administrativas locais, buscamos verificar se o governo por forças político-partidárias distintas, como ocorreu nos últimos dez anos nos dois estados em tela, veio a produzir efeitos no campo educacional que pudessem ser perceptíveis nos discursos dos estudantes investigados. A análise está fundada em Bourdieu, Lahire e Elias e em revisão da literatura brasileira sobre a temática. No trabalho de campo empregamos instrumentos sugeridos por Geertz e Bourdieu.

Abstract

This study examines "perspectives of future" of high school students, matriculate in public schools of brazilian metropolis, in night shift. We examine the relationship between school trajectories and academic and professional expectations. We aim to apprehend the perceptions that develop on the continuity of studies, participation in the labor market and building careers. The analysis of public education in Brazil tend to homogenize its characteristics, minimizing the impact of local administrative actions, but we search the effects of different educational policies on the perceptions of students about their schools. The analysis is based, in particular, in studies of Bourdieu, Elias, Lahire and also brazilian researchers. The research instruments, qualitative and quantitative, were based Geertz and Bourdieu.

Palavras-Chave

Escolarização, Juventude, Classes populares, Profissionalização

Keyword

Schooling, Youth, Working Classes, Professionalization

1. Introdução

Este trabalho apresenta resultados iniciais referentes à pesquisa em desenvolvimento sobre trajetórias discentes e expectativas de profissionalização. Tomando como universo de pesquisa estudantes concluintes de ensino médio de redes públicas, matriculados no turno da noite, intentamos apreender como estes constroem percepções sobre suas trajetórias escolares e as escolas que freqüentaram, buscando compreender como essas percepções configuram visões e expectativas quanto ao seu futuro profissional e/ou acadêmico. Procuramos também apreender nos discursos dos estudantes

indicativos que sinalizassem para o reconhecimento de mudanças no cotidiano escolar decorrentes de políticas governamentais para educação.

Em nossa análise sobre as percepções desses estudantes levamos em conta os efeitos resultantes de seus diferentes posicionamentos no campo social bem como do capital cultural de suas famílias, expressos na posse (ou não) de certificados escolares por parte de seus pais e/ou familiares próximos e também da ocorrência (ou não) de uma inserção mais precoce no mercado de trabalho. Apesar dos integrantes do conjunto investigado pertencerem às chamadas classes “populares” e terem convivido juntos na mesma escola, ao menos no último do ensino médio, procuramos distinguir suas percepções relativas à escolarização realizada, ou seja, sobre as diversas situações sociais vivenciadas na esfera escolar, considerando as maneiras como estabelecem relações entre seus percursos escolares e suas expectativas profissionais e/ou acadêmicas e de mobilidade social.

Empreendemos este estudo, de nítido caráter exploratório¹, tendo por universo da pesquisa estudantes entre dezessete e vinte e quatro anos, matriculados em escola de formação geral da rede estaduais de Rio de Janeiro e concluintes do ensino médio. Na escolha da escola, levou-se em consideração aspectos como: ser classificada pelos órgãos públicos responsáveis pela oferta de ensino como uma escola de maior qualidade, independente dos critérios que propiciaram tal conceituação; a diversificação, quanto ao local de moradia, da clientela escolar, não sendo esta somente oriunda de mesmo bairro ou região; possuir equipamentos modernos, sobretudo, computadores em sala de aula e recursos semelhantes, além de instalações razoavelmente confortáveis e, por fim, haver um número significativo de estudantes já ingressos no mercado de trabalho.

Os primeiros resultados obtidos, como buscaremos demonstrar ao longo do trabalho, permitem considerar os estudantes em tela como indivíduos dotados de “projetos reflexivos” no sentido dado à esta expressão por Giddens em seus estudos sobre a constituição das sociedades modernas. Inclusive o próprio prolongamento da escolarização desses agentes, acontecimento inédito nas famílias de muitos deles, contribui para a ocorrência de um discurso dotado de reflexões críticas, mesmo que permeado por forte ambigüidade, sobre as

situações vivenciadas ao longo de suas trajetórias escolares. Esses discursos sobre a própria escolarização, por vezes expresso de modo ambivalente e contraditório, ao mesmo tempo em que valorizam formalmente a escola, fazendo uso de uma imagem idealizada da instituição, desvalorizam aquelas escolas que, concretamente, frequentam ou frequentaram, manifestando, assim, sentimentos de frustração, não sendo raros os de indignação e revolta, seja por de não terem, de fato, acesso ou possibilidade de apropriação de algo que poderia se constituir em instrumento crucial para a concretização de suas aspirações de ascensão social.

Se fundamental para a conformação de indivíduos modernos, a escolarização pode ter significados diferentes para os distintos agentes sociais. Conforme as posições ocupadas no campo social e as situações sociais vivenciadas, os agentes sociais podem atribuir maior ou menor importância à sua escolarização, seja quanto à definição de suas atividades de trabalho, portanto aos modos de sobrevivência como indivíduos adultos, seja em relação a demais aspectos de suas vidas. Formas distintas de percepção das trajetórias escolares pessoais são encontradas, como indicam análises sobre escolarização das classes populares desenvolvidas por Bourdieu (1998) e Lahire (2008), mesmo quando essas trajetórias apresentam características aparentemente idênticas, vivenciadas em instituições escolares também muito semelhantes ou até nas mesmas escolas.

Contrariando afirmações encontradas no senso comum, sobretudo daquele próprio a segmentos sociais mais próximos do pólo dominante do campo social, a importância atribuída à trajetória escolar na definição de seus “futuros” pode ser minimizada por determinados agentes sociais, em especial aqueles cujo nível de escolarização vem a ser inédito em suas famílias, como, por exemplo, muitos alunos de escolas de ensino médio de redes públicas brasileiras. Entre esses estudantes não é incomum, imputar maior relevância a outros fatores para a definição de suas “vidas de adulto”, minimizando o impacto de suas trajetórias escolares na conformação de seu modo de ser após o término da adolescência ou da juventude.

Neste sentido, as percepções sobre as experiências escolares, talvez tanto quanto às próprias experiências escolares, vêm a ser estratégicas para a

construção de opções ou expectativas de futuro por parte dos agentes sociais nas sociedades contemporâneas. Futuro, que no caso dos estudantes das classes populares, se apresenta como um verdadeiro entroncamento de diferentes vias e caminhos, entre o mercado de trabalho e as instituições de ensino.

2. O crescimento do Ensino Médio e as classes populares

O prolongamento da escolarização é um indicador da modernização das sociedades, com efeitos sobre os modos de sociabilidade e de compreensão da realidade. Indivíduos mais escolarizados têm expectativas de futuro pautadas por padrões culturais tipicamente modernos, em geral internalizados por meio da experiência escolar, a qual, conforme Giddens sublinhou, permite que construam suas identidades mediante um “projeto reflexivo”. (GIDDENS, 1991).

No Brasil, acompanhando o processo de modernização da sociedade e de desenvolvimento capitalista, encontramos um contínuo aumento da presença de jovens das classes populares no ensino médio, em meio a reordenações da educação escolar. Entretanto não podemos desconsiderar que tal aumento se fez em meio às atribuições econômicas das últimas décadas do século XX, nas quais se intensificaram a informalidade e o desemprego, afora, por decorrência, maiores dificuldades para a obtenção do primeiro empregoⁱⁱ.

Defrontamo-nos, portanto, com um quadro contraditório. O ensino médio, cada vez mais, é visto como fundamental para o ingresso na economia formal, dados seus efeitos sobre o aumento da capacidade de empregabilidade dos indivíduos. A intensa demanda pelo acesso a este nível de ensino, conforme ilustra o caso brasileiro, é um indicativo expressivo da sua condição estratégia para as possibilidades de concretização de mobilidade social, por assegurar, a princípio, qualificação mínima e atributos comportamentais, que permitiriam aos seus portadores responder de forma mais positiva às atuais exigências das atividades laborais. Todavia, não podemos estabelecer uma correlação imediata entre maior escolarização e garantia de acesso a ocupações mais qualificadas e, conseqüentemente, concretização da ascensão social. Em períodos de crescente universalização do acesso à escola e prolongamento da escolarização, os modos diferenciados de inserção dos agentes sociais nesses

processos podem levá-los a situações aparentemente paradoxais em que os prognósticos de sucesso aventados podem, simplesmente, não se realizarem como esperado.

De todo modo, o término do ensino médio, como assinala Kober (KOBBER, 2009), é momento de decisão. Apresentam-se aos concluintes diversos “futuros imediatos”, que podem ser: continuar os estudos em um curso superior; ingressar em um curso técnico profissionalizante; considerar findos os “tempos de escola” e buscar entrar, de imediato, no mercado de trabalho; procurar articular estudo e trabalho (nem sempre em atividades dentro do campo profissional desejado) ou ficar, simplesmente, desempregado.

Frente a essas possibilidades, a “escolha” não resulta de desejos ou dons intrínsecos desses estudantes. Ao contrário, variáveis diversas a configuram, como suas histórias pessoais e familiares e, em especial, o *habitus* de classeⁱⁱⁱ de que são portadores.

Porém, o reconhecimento de determinantes estruturais na percepção das perspectivas de futuro e avaliação das trajetórias escolares não nos deve levar a uma compreensão reducionista da realidade social. Devemos atentar para diferenciações resultantes de situações de socialização individuais distintas, mesmo se as diferenças existentes sejam bastante sutis e os envolvidos ocupem posições similares no campo social. Assim, poderemos analisar formas e usos da organização do “*patrimônio individual das disposições*” como sublinha Lahire (LAHIRE, 2004: 30).

Como para os estudantes de segmentos sociais superiores, a conclusão do ensino médio é para os jovens das “classes populares”, alunos de escolas públicas estaduais, um momento, mesmo que circunstancial, de definição do futuro. No entanto, distintamente dos primeiros, essa definição se faz mediada pelo reconhecimento de que a escola não os preparou, de fato, para uma bem sucedida inserção no competitivo mercado de trabalho ou em instituições de ensino superior de maior qualidade.

A decepção frente à escola provoca um “sentimento de engodo”, como afirma Correa (CORREA, 2009). Tal sentimento é perceptível em discursos estudantis que, reconhecendo a importância da escolarização, ou melhor, dos certificados escolares na atualidade, não atribuem à escola em que

efetivamente frequentam ou frequentaram maior significado para o sucesso na construção de uma futura carreira profissional.

Os próprios critérios (desses estudantes ou de seus responsáveis) empregados para escolha da escola indicam a “desvalorização da escola real”. Se para segmentos sociais superiores a seleção fundamenta-se, em geral, no grau de excelência escolar, espelhando visões sobre a escola e as ações dela esperadas, próprias às suas classes de origem, tal não acontece necessariamente com as “classes populares”. Critérios como: proximidade da residência ou do trabalho, possibilidade de obtenção de vaga ou a presença de amigos e familiares na escola podem ser mais fundamentais do que aqueles mais pertinentes à excelência do ensino oferecido. Entre os estudantes por nós estudados, muitos afirmaram ter optado pela escola em que estavam em função de aspectos aparentemente “menores” como não haver falta de professores, algo nem sempre comum em escolas estaduais do Rio de Janeiro ou ser de fácil acesso, dada sua localização próxima a uma via principal do bairro em que está situada.

3. A Escola e os Estudantes

A escola em que estudavam os jovens de nossa pesquisa, se localiza em um subúrbio carioca da zona norte do Rio de Janeiro. Foi criada, nos anos quarenta, por uma empresa concessionária de transporte público para os filhos de seus funcionários e incorporada à rede estadual na década de setenta. É classificada como escola de padrão elevado de qualidade pela Secretaria Estadual de Educação. A clientela escolar é da ordem de aproximadamente mil e novecentos alunos, distribuídos, em quarenta e três turmas, pelos turnos da manhã, da tarde e da noite. Possui instalações (salas com ar condicionado e aparelhos de DVD e som), que nem sempre são encontradas em outras escolas estaduais do Rio de Janeiro.

Segundo os funcionários mais antigos, houve a partir dos anos noventa uma significativa mudança no alunado, fato que teria provocando queda na qualidade do ensino e também seria o fator causador de maior incidência de atos de indisciplina por parte dos estudantes, algo considerado raro em épocas anteriores.

O grupo por nós investigado se constitui de 75 estudantes, de dezessete a vinte e quatro anos, de duas turmas da 3ª série do turno da noite. Por suas características sociais, não diferem da maioria dos matriculados em outras escolas da rede estadual dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro.

Todos pertencem a segmentos sociais subalternos, isto é, à classe operária ou a camadas baixas das classes médias urbanas^{iv}. Salvo raras exceções, residem com seus familiares.

Empregamos como instrumentos de pesquisa questionários semi-abertos e entrevistas, além de técnicas próprias à descrição etnográfica e observação *in loco*. Os questionários destinavam-se aos estudantes e as entrevistas foram realizadas com professores, funcionários e ex-dirigentes da escola, além dos estudantes. Utilizamos dados sobre os alunos disponibilizados pela escola.

Apesar do alto percentual de estudantes que trabalham, inclusive entre menores de idade^v, é preciso observar que um contingente ponderável (30,7%) não trabalhava. Para estes, a opção pelo estudo à noite resultou de dois fatores principais: estímulo institucional para a transferência para o terceiro turno em função do desempenho escolar^{vi} e menor oferta de vagas nos outros turnos da escola ou em outras próximas às suas casas.

Se o grau de distorção ou defasagem na relação idade-série escolar não fosse tão expressivo, nosso universo abrangeria, quase exclusivamente, jovens de dezessete (idade considerada adequada para conclusão do ensino médio) ou dezoito anos, porém, quase metade (41,3%) dos entrevistados encontrava-se acima desta faixa etária.

Apesar de não ser raro encontrarmos situações marcadas por esforços familiares para possibilitar o sucesso escolar de filhos ou parentes^{vii}, nem sempre esses esforços são comuns às famílias das “classes populares”, por força de razões diversas, que conformar um espectro que vai da escassez de capital econômico e/ou cultural à “implosão” dos vínculos afetivos familiares. Distinto do geralmente vivenciado por estudantes com baixo desempenho escolar pertencentes a famílias de segmentos sociais superiores, nos quais predomina a valorização da continuidade da escolarização em detrimento à inserção precoce no mercado de trabalho, muitos jovens das classes populares são claramente pressionados a assumirem como foco primeiro de suas vidas o

trabalho e não a escola, notadamente quando o insucesso é a tônica de seus percursos escolares.

Um fraco desempenho escolar é um indicativo, segundo as percepções do senso comum popular, da existência de uma incapacidade própria para os estudos, seja por falta de aptidão intelectual (de “inteligência”), de dom (de “vocação”) ou de vontade pessoal (de “gosto”). Esta incapacidade, manifesta em atitudes e comportamentos, denotaria a ausência da autodisciplina necessária ao sucesso escolar. E entre o desinteresse pela escola e a opção pelo trabalho, esta última pode, com bastante facilidade, ser privilegiada não só pela família como pelo próprio estudante.

A importância da inserção no mercado de trabalho ao término da adolescência é ainda mais expressiva ao observamos os dados sobre as famílias dos estudantes em tela.

A maioria dos seus pais ou responsáveis, conforme tabela 02, trabalha como operários (45,3%), estando 76,5% empregados no setor de serviços, atuando em funções de baixa qualificação. Os mais qualificados trabalham, geralmente, em empresas de manutenção e conservação e de alimentos ou são trabalhadores por conta própria.

38,7% dos estudantes pertencem às baixas camadas das classes médias. Desses 58,6% são filhos de assalariados de maior qualificação, atuantes no setor de serviços (militares de baixa patente, gerentes de comércio, professores, entre outros profissionais). 41,4% são filhos de trabalhadores autônomos do setor de serviços (taxistas, representantes comerciais, etc) ou de microempresários (pequeno comércio ou prestadores de serviço, etc).

Tabela 02
Distribuição dos estudantes segundo posição social

POSIÇÃO DE CLASSE	PERCENTUAL
Operária (setor industrial)	10,7
Operária (setor de serviços)	34,7
Baixas classes médias (assalariados)	22,6
Baixas classes médias (pequenos empresários ou autônomos)	16,0
Não informaram	16,0

Apesar das diferenciações quanto ao pertencimento de classe (com efeitos aparentemente muito sutis, porém significativos, sobre a posse de capital cultural e social), não existem grandes distâncias entre as rendas das famílias, salvo raras exceções. Assim, 24% delas têm renda igual ou abaixo de 03 salários mínimos e 41,%, aproximadamente, 04 salários mínimos e 24%, superior a 05 salários mínimos.

A maioria dos entrevistados já se inseriu no mercado de trabalho (muitos em ocupações informais ou de baixa qualificação), ainda que, no momento de realização de nossa pesquisa, 28% estivessem desempregados. O fator idade parece preponderar sobre qualquer outro no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho. Enquanto 45% dos estudantes com menos de 18 anos nunca trabalharam, a maioria dos demais (73%) trabalha ou está desempregada.

A inserção precoce no mercado de trabalho parece vincular-se fortemente ao pertencimento de classe. Dos menores de 18 anos que trabalham 58,3% são filhos de operários semiquualificados do setor de serviços; 25% se situam nas baixas classes médias, sendo quase todos (75%) filhos de assalariados do setor de serviços.

Mas se as pressões de ordem financeira recaem com força contínua sobre as famílias dos segmentos subalternos, é necessário observar que nem sempre a necessidade de ampliação de renda por parte dessas famílias se traduz, mecanicamente, em um indiscriminado desmerecimento da importância de se assegurar, do melhor modo possível, a continuidade das trajetórias escolares. Se o trabalho pode, como opção principal, se sobrepor à escolaridade, isto não se concretiza sem mediações diversas processadas no interior do espaço familiar. Desta maneira, é preciso atentar para a existência de ações no âmbito familiar, muitas vezes inconscientes, que visam permitir “chances” de sucesso escolar. Essas ações expressam as formas como familiares percebem as funções da escola e constroem suas expectativas, nem sempre concretizadas, quanto à ação desta última sobre seus entes próximos. De modo geral, essas ações, que podem significar uma ampliação pessoal da jornada de trabalho, objetivam postergar o ingresso no trabalho dos estudantes ou minimizar a jornada de trabalho dos que já trabalham.

A ocorrência de ações desse tipo em algumas de suas famílias contribuiu para que a maioria do grupo estudado, independente de sua posição social, afirme pretender dar continuidade aos seus estudos (84%), considerando ser muito viável a obtenção de um certificado profissional ou diploma universitário e, ao menos tempo, continuar trabalhando. Somente 4% declararam ser muito possível não estudarem mais e todos eles já trabalhavam, sendo filhos de operários, que possuem apenas o ensino fundamental, não necessariamente completo.

4. Trajetórias Escolares e Opções Profissionais

A quase absoluta homogeneidade das respostas dos entrevistados sobre perspectivas de inserção no mercado de trabalho e construção de carreira profissional poderia fazer com que as considerássemos muito pouco fecundas para nossa investigação, especialmente porque afirmações tão positivas sobre dois assuntos muito valorizados no âmbito escolar (o sucesso profissional e a continuidade nos estudos), poderiam ser classificadas como tentativas dos entrevistados de adequarem suas respostas a possíveis julgamentos de valor dos entrevistadores, tal como ressaltaram Bourdieu (BOURDIEU, 1983) e Thiolent (THIOLENT, 1987).

Neste sentido, responder positivamente ao desejo de continuar os estudos poderia ser uma forma, implícita, de legitimar tanto a figura do professor, na pessoa dos entrevistadores, como a própria instituição escolar, na medida em que dessa forma se afirmaria o intento fundador da escola moderna: proporcionar a aprendizagem de conhecimentos necessários à obtenção de posições socialmente consagradas.

Assim, as falas dos estudantes reproduziriam a ideologia meritocrática, segundo a qual a educação é o instrumento de mobilidade social, que pode proporcionar ascensão social aos menos dotados de capital econômico.

E se hoje, como assinala Correa (CORREA, 2009), grande parte dos jovens das classes populares considera a escola como um espaço de experiências de sociabilidade e somente a valora como espaço de aprendizagem formal após o término da vida escolar, ocasião em que perceberiam que através dela poderiam ter obtido conhecimentos e habilidades

fundamentais para trajetórias profissionais mais bem sucedidas e socialmente legitimadas, entre os estudantes por nós investigados, a percepção da escola é algo distinta.

Para eles, cuja maioria já trabalha, o trabalho é tema constante de suas conversas, redefinindo, por consequência, o significado da experiência escolar. Apesar de reconhecerem as limitações da escolarização que possuem, suas visões sobre a escola são distintas das de alunos de outros turnos, para os quais o cotidiano do trabalho não é, em geral, a preocupação mais imediata.

Se relações entre escolarização e sucesso profissional são apontadas pelos entrevistados, em especial através de manifestações de desejos de dar continuidade aos estudos para que possam, dessa forma, construir uma carreira profissional, quando analisamos suas afirmações sobre o tipo de instituição em que pretendem ingressar, às áreas profissionais desejadas e os possíveis efeitos da sua trajetória escolar sobre essas escolhas, revelam-se, em toda sua força, os determinantes sociais que pesam sobre esses estudantes, sobressaindo os efeitos decorrentes das diferenças de *habitus* de classe e do compartilhamento (ou não) do capital cultural entre a escola e suas famílias.

Incide sobre a definição de suas perspectivas profissionais, o reconhecimento de não serem dotados de uma formação escolar com as características necessárias para empreender uma disputa por melhores colocações no mercado de trabalho, em que participem outros agentes sociais mais qualificados,. Para eles, estes outros, fatalmente, os superarão, conquistando posições que estão fora de suas possibilidades imediatas, por não possuírem determinadas competências e habilidades, negadas pela frágil formação escolar que possuem. Observe-se que, apesar deste reconhecimento quase sempre vir acompanhado de críticas à ação governamental na educação (ou a falta de ação, segundo alguns estudantes), essas últimas não ultrapassam a forma de generalidades. Assim, questiona-se, de maneira mais ou menos imprecisa, a falta de recursos para a educação, o abandono da maioria das escolas pelo governo ou os baixos salários pagos aos professores.

Não é perceptível nesses discursos uma diferenciação das iniciativas empreendidas pelos diferentes governos, aspecto que deveria ser mais acentuado se considerarmos as diversas coalizões partidárias que ocuparam o

poder executivo do Rio de Janeiro nas últimas duas décadas. Para os estudantes entrevistados tem havido uma continuidade, quase “natural”, na forma como o ensino é oferecido nas escolas da rede pública estadual. Não teriam ocorrido alterações no cotidiano escolar, que fossem, propriamente, resultantes de mudanças no governo estadual e da implementação de novas políticas para a educação.

Em função disto, suas expectativas de ascender socialmente se baseiam menos em possíveis efeitos positivos de ações governamentais e muito mais em compreensões sobre suas possibilidades individuais de efetivar essas aspirações, mesmo quando isto assume a forma mistificada do reconhecimento de vocação ou dom pessoal, legitimando, inconscientemente, os limites que lhes foram socialmente impostos quanto à apropriação de determinado capital cultural^{viii}.

A ideologia do dom (BOURDIEU, 1983), além de minimizar a gravidade da escassez de ações governamentais efetivamente mais agressivas em relação à escolarização bem sucedida das classes subalternas, legitima a ausência de ações familiares norteadas pelo objetivo de empreender racionalmente a concretização de uma opção profissional para seus integrantes, que lhes permita efetiva mobilidade social. Aparentemente, pela força das pressões que sofrem cotidianamente, em decorrência da sua condição de classe, algumas famílias não conseguem, objetivamente, realizar tal empreendimento^{ix}.

Se os “possíveis” futuros de seus filhos parecem decorrer muito mais de forças que estão acima das suas, por sua vez, esses mesmos “futuros” são compreendidos como sendo decorrentes de “características individuais naturais”: o dom, a personalidade, a sorte ou a “força de vontade”. Em outras palavras, as trajetórias individuais são entendidas como resultantes de atributos pessoais inatos ou de um jogo de circunstâncias fortuito, sobre o qual, ao contrário dos socialmente superiores, suas capacidades de interferência são bem mais diminutas. A instabilidade, o imponderável, o acaso (fatores que, por vezes, alimentam sonhos de realização pessoal) são elementos muito mais presentes no imaginário desses segmentos sociais, isto é, nos modos como tendem a conceber a realidade presente e o futuro. Distinguem-se, assim, de

outros segmentos sociais, posicionados acima no campo social, que avaliam os “futuros possíveis” (suas trajetórias pessoais e de seus familiares) como, sobretudo, produtos de atos racionais e objetivos, de exercícios de autodisciplina aprendidos e praticados mediante processos de socialização, entre os quais, destacam-se os escolares.

Dessa maneira, vem a ser muito mais difícil para os socialmente dominados - por vezes uma tarefa quase impossível - empreender a socialização de seus filhos dentro de parâmetros disciplinares semelhantes aos requeridos no universo escolar, ou seja, promover, no âmbito familiar, dispositivos que possibilitem sucesso escolar similar aos dos que se estão situados em posições próximas ao pólo dominante do campo social^x.

Contudo, como ser escolarizado tornou-se condição necessária, embora não suficiente, para alcançar a almejada ascensão social, os estudantes por nós pesquisados, ainda que de formas distintas daquelas dos socialmente superiores, conseguiram construir dispositivos para permanecer no universo escolar. Se submetendo a processos de escolarização sabidamente inferiores, introjetaram, percepções sobre a escolarização, que por justamente conterem certa “dose de verdade” permitiram a concretização da violência simbólica, que, conforme assinalou Bourdieu *“extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em ‘expectativas coletivas’, em crenças socialmente inculcadas”* (BOURDIEU, 1997, p. 170).

Mas se a crença na escolarização como fator de mobilidade social lhes foi, indiscriminadamente, inculcada, isto não significa que as interpretações que fazem da realidade sejam idênticas. Diferenças de pertencimento de classe e experiências individuais de situações sociais singulares são vitais para a produção de expectativas sobre o futuro profissional e a percepção de suas trajetórias escolares. Tendo em conta essas considerações, analisamos as visões dos estudantes sobre dois pontos importantes para a configuração de suas expectativas profissionais: as possibilidades de continuidade dos estudos e o processo escolha da carreira profissional, sempre considerando ao fundo os efeitos possíveis das ações governamentais em ambos os pontos.

Quanto à continuidade dos estudos nem todos pretendam ingressar em curso superior^{xi}. Embora desejo da maioria (53,3%), tal alternativa é, para

muitos, algo remoto, não imediato. Submetidos a fortes pressões econômicas, alguns estudantes necessitam, com rapidez, superar a ausência de qualificação profissional. Empreendem, assim, uma racionalização de suas oportunidades educacionais.

Neste sentido, o ingresso em um curso superior pode ser considerado menos adequado para o sucesso pessoal, tendo em vista a relação entre os esforços para ingressar e permanecer num curso e as perspectivas reais de obter sucesso numa carreira de nível superior. Embora dissimulada pelos discursos sobre dons pessoais ou “vocações naturais”, a racionalização empreendida pelos entrevistados acerca das suas possibilidades de carreira profissional termina fazendo com que optem por alternativas “menos nobres”, nas quais visualizam maiores benefícios materiais.

Entre essas alternativas encontram-se os cursos profissionais pós-secundários e o ingresso em postos inferiores das forças armadas ou da segurança pública (principalmente a polícia militar). Se a primeira alternativa significa o exercício de uma profissão socialmente reconhecida, a segunda é vista como uma via rápida para assegurar estabilidade empregatícia e benesses indiretas provenientes do exercício do cargo.

A tabela 3 apresenta o quadro de opções do grupo de estudantes, cujos determinantes esboçaremos a seguir.

Tabela 03
Distribuição dos estudantes conforme escolhas profissionais e/ou cursos pretendidos

Cursos/Carreiras	Percentual
Pós-secundários (áreas comerciais e/ou administrativas)	08,0
Pós-secundários (área industrial)	06,7
Pós-secundários (sem informação de área)	05,3
Forças Armadas	12,0
Superiores	52,0
Sem definição de escolha	16,0

Nos candidatos a cursos pós-secundários predominam filhos de operários, sobretudo entre os candidatos a cursos na área industrial. Em sua

maioria, os que fazem esta opção sempre estudaram em escolas públicas e já trabalham, mesmo os menores de dezoito anos (20%).

Seus pais estão empregados em indústrias e suas mães são, em sua maioria, empregadas domésticas ou auxiliares de serviços gerais. Só 20% dos pais desses estudantes ingressaram no ensino médio, embora nem todos o tenham concluído.

Ao contrário dos estudantes das baixas classes médias que explicitaram ser a maior facilidade de ingresso em cursos pós-secundários o principal fator de suas escolhas, esses estudantes sublinharam que suas expectativas decorreriam de dons inatos, manifestos na facilidade para realizar trabalhos “práticos”. Facilidade que não teriam com relação a atividades mais “burocráticas” ou “administrativas”, mais próprias ao setor de serviços, onde suas habilidades de leitura e escrita seriam mais exigidas.

O apelo aos “dons pessoais” termina por justificar as opções por atividades profissionais que podem ser mais imediatamente acessíveis em virtude de menor capital cultural. Em nome de inatas vocações naturais se legitimam escolhas que resultam de trajetórias escolares mais frágeis, contribuindo para a reprodução de seus posicionamentos no campo social, ainda que essas opções (os cursos profissionalizantes pós-secundários) possam vir a lhes permitir a obtenção de salários mais elevados entre aqueles pagos ao operariado brasileiro.

Similarmente aos estudantes que desejam realizar cursos próprios a atividades industriais, os estudantes filhos de operários que pretendem realizar cursos nas áreas comercial e administrativa, também já ingressaram, em sua maioria (67%), no mercado de trabalho. Cerca de 2/3 desses estudantes possuem dezenove ou mais anos de idade.

Seus pais atuam predominantemente no setor de serviços, em funções semi ou não qualificadas. A maioria das mães não exercia nenhuma atividade profissional, se dedicando exclusivamente às atividades domésticas ou a trabalhos ocasionais sem vínculo empregatícios, mesmo que informais. As famílias desses estudantes são as que apresentam menor renda.

Os pais desses estudantes apresentam baixa escolaridade, tendo cursado (completa ou parcialmente) só o ensino fundamental.

Se existem semelhanças entre as trajetórias escolares desses dois grupos, há diferenças significativas quanto à justificativa para a escolha dos cursos pós-secundários. Se os que optam por cursos da área industrial afirmam a posse de dons pessoais, os que optam por cursos de caráter comercial ou administrativo apresentam dois outros argumentos. Os mais velhos (com dezenove ou mais anos de idade), ressaltam a maior facilidade de ingresso nesses cursos, demonstrando preocupação em obterem rapidamente melhor posição no mercado de trabalho. Os mais novos, salientando as dificuldades de ingresso imediato em um curso superior, que seria necessariamente público, sublinham que esses cursos podem proporcionar o acesso a empregos de melhor remuneração. Ambos os grupos sinalizam o desejo de se distanciarem de ocupações de menor qualificação e tipicamente “manuais, como as de seus pais.

Todos os estudantes pertencentes às camadas mais baixas das classes médias que optam por cursos pós-secundários (22%) afirmam que desejam realizar cursos na área de serviços.

A maioria deles (70%) são filhos de assalariados. Os demais são filhos de microempresários ou profissionais autônomos do setor de serviços. Todos os pais desses estudantes concluíram o ensino médio, sendo que um terço se graduaram em algum curso superior. Só os que não possuíam dezoito anos não trabalhavam.

Aspecto importante deste grupo refere-se à faixa etária: 50% possuem mais de vinte anos. A maior idade indica trajetórias escolares marcadas por insucessos, com significativa defasagem na relação idade/série. Essa situação parece ser responsável por eles, ao contrário de muitos de seus pais, preferirem os cursos profissionalizantes aos cursos superiores. Esta escolha, especialmente se atentarmos que um terço desses estudantes se encontrava desempregada no momento de nossa pesquisa, também demonstra que buscam uma via rápida para a ocupação de posições mais favoráveis no mercado de trabalho, inclusive por força de sua maior idade. A maioria dos entrevistados considera esses cursos um caminho fácil para a profissionalização.

Observemos que esses estudantes, com defasagem idade/série escolar mais expressiva, também não desenvolveram uma crítica de teor menos genérica às políticas educacionais, nem mesmo tendem a considerar mais expressivamente a qualidade do ensino oferecido ou as condições escolares que vivenciaram como os fatores de maior responsabilidade por um percurso escolar menos regular. Quase sempre indicam a “falta de vontade para estudar” e a imaturidade como as causas mais expressivas para a forma como vieram a se desenvolver seus percursos escolares, ou ainda indicam o desagrado frente ao cotidiano escolar, classificado como enfadonho, rotineiro e desagradável, salvo pelas relações estabelecidas com os demais colegas.

Quanto aos estudantes que pretendem uma carreira militar ou policial (12%), predominam entre eles os integrantes de camadas inferiores das baixas classes médias, sendo 60% filhos de militares de baixa patente (só 10% são filhos de operários)^{xii}. Todos estudaram sempre em escolas públicas municipais ou estaduais e possuem menos de dezenove anos.

É significativo que esta escolha tenha sido feita principalmente por estudantes das baixas classes médias com maior capital econômico, porém sem uma equivalência no tocante ao capital cultural. Quando consideramos esse grupo, a renda de suas famílias é igual ou superior a quatro salários mínimos, mas, com raras exceções, não há – ao menos na forma material dos diplomas escolares – posse de maior capital cultural e, conseqüentemente, dos dispositivos culturais mais valorizados no âmbito da escola: 60% dos pais desses estudantes só possuem o ensino fundamental, embora 10% tenham um diploma superior.

Esta dicotomia entre capital econômico e capital cultural parece contribuir para que esses estudantes optem por uma carreira que, ao mesmo tempo, possibilita um distanciamento da condição de trabalhador manual, assegura uma dada estabilidade profissional, mas não exige os requisitos de excelência escolar próprios a outras carreiras. Como os estudantes de origem operária que desejam realizar cursos pós-secundários na área industrial e que, a princípio, não são herdeiros das formas de capital cultural socialmente legitimado, a maioria dos estudantes que desejam ingressar nas forças armadas ou de

segurança pública também declarou ser a escolha feita resultante de vocação natural.

Se correlações entre origem social e opções profissionais nos casos mencionados se apresentam como mais evidentes e imediatas, quando a opção preferida é o ingresso em um curso superior, os efeitos do pertencimento de classe aparentam ser minimizados.

A preferência, em especial de estudantes de origem operária, pelo ensino superior^{xiii} parece à primeira vista, ser paradoxal, pois, se seguirmos as formulações próprias ao senso comum, essa deveria a opção menos provável.

Um primeiro fator explicativo para tal seria o poder de assegurar recompensas materiais e simbólicas, que a conclusão de um curso superior pode vir a acarretar, principalmente numa sociedade como a brasileira, em que o fenômeno do bacharelismo se faz continuamente presente ao longo de nossa história.

Um segundo fator, que só reafirmaria o primeiro, seria a submissão aos efeitos da inculcação da ideologia do dom, várias vezes reafirmada pelos estudantes em seus discursos. Porém é preciso atentar para o fato de que se a ideologia do dom intervém nas interpretações dos estudantes sobre suas perspectivas profissionais, isto ocorre sobredeterminado por outros fatores, como procuraremos demonstrar, ainda que sumariamente.

Os estudantes situados nas camadas baixas das classes médias podem ser divididos em dois grupos - com faixa etária semelhante (em torno de dezoito anos ou menos) – se consideramos as justificativas que apresentam para optarem pela tentativa de ingresso em um curso superior.

O primeiro grupo é constituído por estudantes que, embora não neguem uma possível vocação natural para suas escolhas, pretendem ingressar em instituições particulares, em virtude da avaliação que fazem das suas chances reais de obterem uma vaga em uma instituição pública e dos recursos financeiros que eles ou suas famílias possuem para assegurar a permanência no curso. O segundo grupo vem a ser o dos estudantes que vinculam a escolha de carreira a uma vocação inata e almejam ingressar em uma instituição pública, considerando pouco provável o ingresso em uma privada, pois suas famílias não dispõem de condições financeiras para arcar com o custo das mensalidades.

Em sua maioria, os pais dos estudantes desses dois grupos, ao menos, iniciaram um curso superior, o que faz com que se apresente como mais “natural”, a opção de realizar um curso superior, mesmo que isto ocorra em instituições de menor reconhecimento acadêmico.

Observemos que quase todos esses estudantes objetivam cursos de ciências humanas, notadamente direito e administração ou mesmo, embora em menor escala, licenciaturas. No caso dos estudantes que fizeram essa última opção, eles pretendem ingressar em cursos públicos e consideram a escola de modo mais positivo do que seus demais colegas, demonstrando ter, de alguma forma, ocorrido o estabelecimento de maiores vínculos entre eles e a escola freqüentada, havendo uma apreciação menos crítica de suas trajetórias escolares.

Quanto aos estudantes de origem operária, também podemos alocá-los em dois grupos. O primeiro, constituído por estudantes (32%), de idade superior a dezoito anos e que já trabalham. Seus pais, em parte concluíram o ensino médio, estão empregados no setor industrial e suas famílias apresentam maior renda, em torno de 4 salários mínimos. Esses estudantes pretendem também ingressar em um curso superior de uma instituição privada, por motivos iguais aos indicados por seus colegas pertencentes às baixas camadas das classes médias. Observemos que aqui, afora as justificativas em torno do dom, as opções pelo ensino superior parecem ser resultantes da combinação de dois fatores, que se interligam: possibilidades de recursos financeiros, em algum grau, reais para o pagamento dos cursos (em especial os de tecnólogos) e a tendência à ampliação da escolarização de acordo com as gerações, fenômeno característico das sociedades modernas ou em acentuado processo de modernização, tal como assinalado por Bourdieu (BOURDIEU, 1998).

O segundo grupo é o de estudantes entre dezessete e vinte anos, que desejam ingressar exclusivamente em instituições públicas, em virtude da escassez de renda de suas famílias. Seus pais apresentam menor escolaridade, muitas vezes apenas o ensino fundamental, quase sempre incompleto. A renda dessas famílias é inferior a quatro salários mínimos. Considerando suas trajetórias escolares, a opção pelo ingresso em uma instituição pública aparenta ser, à primeira vista, improcedente, fazendo com que este desejo possa ser

compreendido tão somente como a resultante de efeitos combinados na crença no dom pessoal e na percepção da educação superior como mecanismo principal de ascensão social. São também mais propensos a participar de iniciativas de preparação para as provas de ingressos em projetos como os chamados “pré-vestibulares comunitários”.

No entanto, longe de serem simplesmente improcedentes ou irracionais, suas aspirações também resultam de uma racionalização de suas possibilidades, visto que os cursos pretendidos são os considerados de menor prestígio acadêmico e menos disputados por estudantes de segmentos sociais superiores, tornando, aparentemente, menos difícil a obtenção de uma vaga. Esta estratégia não significa, entretanto, que esse grupo de estudantes não se defronta com maiores dificuldades para concretização de seus objetivos de mobilidade social. De modo semelhante aos demais grupos que compõem o conjunto de nosso universo de pesquisa, recaem sobre eles, com ainda maior intensidade, os efeitos negativos decorrentes da posição que ocupam no campo social e das trajetórias escolares que construíram.

Os estudantes que elegem como sua opção preferencial a continuidade dos estudos em uma instituição superior tendem a manifestar, como seus demais colegas, as mesmas críticas genéricas às ações governamentais estaduais na esfera da educação básica. Todavia, revelam um grau de satisfação com iniciativas na esfera da educação superior que permitam, de algum modo, facilitar a realização da aspiração de se matricularem em um curso superior como, por exemplo, a adoção do chamado “sistema de cotas” para ingresso em instituições públicas ou o estabelecimento de programas de apoio para realização de cursos em instituições privadas, mediante a obtenção de bolsas de estudo.

De todo modo, submetidos a fortes pressões econômicas, e sentindo a ausência de uma formação escolar de maior qualidade, os estudantes por nós pesquisados ao empreenderem suas escolhas profissionais, portanto, ao construírem visões de seus “futuros possíveis”, oscilam entre um projeto reflexivo, marca característica, segundo Giddens, do indivíduo moderno e a afirmação mais ou menos ingênua da ideologia do dom. A predominância desta última legitima o intento de alcançar o seu pretendido sucesso profissional

mediante opções cujas exigências se encontram, em grande parte, acima de suas possibilidades reais, permitindo que, inconscientemente, construam obstáculos para sua própria mobilidade social, pois ao considerarem que o sucesso (ou fracasso) de suas aspirações decorre, acima de tudo, de capacidades pessoais inatas, minimizam os efeitos das políticas educacionais e naturalizam a oferta qualitativamente diferenciada da educação básica.

5. Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Tradução de Jeni Vaistman. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

_____. Escritos de Educação. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.). Petrópolis: Vozes, 1998.

CONNELL, R. W., ASHENDEN, D. J., KESSLER, S e DOWSETT, G. W. Estabelecendo a Diferença: Escolas, Famílias e Divisão Social. Tradução de Ruy Dias Pereira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, 7ª ed.

Correa, L. M. A inconciliável relação jovens, mundo da escola e mundo do trabalho. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. julho de 2009, Rio de Janeiro, disponível em http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/15_6_2009_23_21_55.pdf, acessado em 03 de setembro de 2010.

ELIAS, N. A Sociedade dos Indivíduos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

GIDDENS, A. As Consequências da Modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GRAMSCI, A. Cartas do Cárcere. Tradução de Noênio Spínola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 2ª edição.

INEP. <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>, acessado em 30 de novembro de 2010.

INEP. <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>, acessado em 30 de novembro de 2010.

INEP. <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>, acessado em 30 de novembro de 2011.

IPEA. Editorial. Desafios do Desenvolvimento, nº 3. Brasília: 2009, disponível em http://desafios.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=7065, acessado em 07 de agosto de 2010.

KOBER, C. M. Tempo de decidir: produção da escolha profissional entre jovens do ensino médio. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, julho de 2009, disponível em http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/15_6_2009_14_54_57.pdf, acessado em 14 de outubro de 2010.

LAHIRE, B. Retratos Sociológicos. Disposições e Variações Individuais. Tradução de Didier Martin e Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. *Sucesso escolar nas classes populares: as razões do improvável*. Tradução: Ramon Américo Vasques e Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática. 2008;

NOSELLA, P. A Escola de Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

OIT. Desemprego Juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. 2. ed. - Brasília : OIT, 2001, disponível em <http://www.oit.org.br/info/downloadfile.php?fileId=26>, acessado em 18 de agosto de 2010.

OIT. Global Employment Trends for Youth. Genebra: OIT, 2006, disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_077664.pdf., acessado em 17 de agosto de 2010.

OIT. Trabalho Decente e Juventude na América Latina. OIT. Brasília: OIT, 2007, disponível em <http://www.oit.org.br/info/downloadfile.php?fileId=306>, acessado em 18 de agosto de 2010.

THIOLENT, M. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. São Paulo: Polis, 1987.

VAN GENNEP, A. Os ritos de passagem. (Apresentação de Roberto da Matta), Petrópolis: Vozes, 1978.

ⁱ O projeto de pesquisa de maior abrangência encontra-se em processo final de elaboração e tem por objetivo apreender e comparar discursos de jovens estudantes das chamadas classes populares, matriculados em escolas de redes estaduais de ensino, de metrópoles brasileiras, procurando perceber as relações entre seus discursos sobre a escola, a escolarização realizada e suas expectativas profissionais e modos de vida.

ⁱⁱ A OIT (OIT, 2006; 2007), informa ser de 13,5% a taxa mundial de desemprego entre os indivíduos de 15 a 24 anos na metade da primeira década do século XXI, havendo cerca de 85 milhões de jovens procurando emprego em todo o mundo. Na América Latina e Caribe, 16,6% da juventude estaria desempregada, sendo que esta situação pode ser agravada pela crise econômica mundial. No Brasil, nos últimos anos as oportunidades de inserção de jovens no mercado de trabalho formal foram maiores, no entanto, um possível arrefecimento no nível de crescimento, principalmente do setor industrial, pode provocar impactos negativos na inserção de jovens no mercado de trabalho.

ⁱⁱⁱ O conceito de *habitus* é aqui empregado segundo a elaboração de Bourdieu, em duas de suas obras: “Estrutura, habitus e prática” (Bourdieu, 1982) e “A Gênese dos conceitos de *habitus* e de campo” (Bourdieu, 1989).

^{iv} A definição do pertencimento de classe desses estudantes tem por fator preponderante a ocupação profissional do principal responsável pela

sustentação econômica da família, seja este o pai, a mãe ou outro familiar próximo.

^v 54,6% dos estudantes com menos de dezoito anos já trabalhavam ou estavam trabalhando até recentemente.

^{vi} Segundo o senso comum docente, por serem em grande número estudantes e trabalhadores, não seria cabível exigir maiores performances escolares dos alunos do turno da noite.

^{vii} Vejam-se, neste sentido, análises realizadas em cenários nacionais distintos, mas tendo por objeto principal famílias operárias ou das chamadas “classes populares”, como as de Connell (1995) e Lahire (2008).

^{viii} Somente 24% dos entrevistados reconhecem que a escolha da carreira profissional que pretendem seguir decorreu do fato da mesma ser de mais fácil acesso. 41,3% afirmaram possuir uma “vocação natural” para a carreira profissional em que esperam ingressar e por isto a elegeram, mesmo que essas carreiras não sejam tão socialmente consagradas.

^{ix} Para uma análise das ações familiares sobre o sucesso ou insucesso escolar das classes populares, veja-se o trabalho de Lahire já mencionado (LAHIRE, 2008)

^x Gramsci, de modo menos sistemático (GRAMSCI, 1978; NOSELLA, 1992) e Elias (1994), também salientaram as dificuldades das “classes populares” exercerem maior autodisciplina e conseguirem em projetos pessoais de ascensão social.

^{xi} Entre os que afirmaram pretender dar continuidade imediata aos seus estudos, 30,2% não pretendem ingressar em cursos superiores.

^{xii} Embora as expectativas de ascensão social estejam presentes entre os estudantes pertencentes às baixas classes médias, a tendência à autoreprodução e à manutenção de posições sociais já ocupadas por seus pais, mesmo que não claramente percebida, é maior do que entre os de origem operária. Isto pode ser observado no desejo dos estudantes que são filhos de militares de seguir carreira profissional igual ou similar a de seus pais.

^{xiii} 56% dos estudantes filhos de pais operários afirmaram dar continuidade imediata aos seus estudos ingressando em um curso superior contra 45% dos estudantes integrantes das baixas camadas das classes